



CONFLITOS NO CAMPO

ANÁLISE DOS DADOS REGISTRADOS - RONDÔNIA

2023





SUMÁRIO

EXPEDIENTE

Realização: CPT Rondônia

Sistematização de dados: Centro de Documentação
Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra

Análise dos dados e texto: Afonso M. das Chagas

Redação e produção de gráficos: Produção de gráficos
Afonso Chagas, Amanda Michalski, Débora Soares e
Larissa Rodrigues

Agradecimentos: À Coordenação da CPT/RO e Agentes
e Conselheiros do Regional Rondônia da CPT. À Equipe
do CEDOC e toda a Equipe da CPT Nacional

Foto da Capa: Solange Struwka

Diagramação: Camila Vieira Vilarim de Sá

Capa: Matheus Chaves Pereira da Silva

Apoio: Misereor

Apresentação	2
Análise dos dados	4
Terra	8
Ocupações	18
Água	21
Violência contra a pessoa	24
Mapa	27
Trabalho Escravo	30
Manifestações de Luta	32
Considerações finais	41



“Direitos humanos não se pede de joelhos, exige-se de pé.”

Imagem: Amanda Michalski



Ato político em frente a Assembleia Legislativa de Rondônia, como parte das ações do lançamento do Relatório Conflitos no Campo 2022.

Dom Tomás Balduino.



APRESENTAÇÃO

Todos os anos a Comissão Pastoral da Terra divulga um relatório com a análise dos dados sistematizados – Conflitos no Campo Brasil – por meio do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). Ali são expostas e analisadas as ocorrências de conflitos no campo, registradas ao longo do ano anterior em todo país.

Com base em tal publicação, especificamente da publicação sobre os conflitos no campo, do ano 2023, elaboramos a presente publicação, para apresentar os dados registrados no Estado de Rondônia, lançando assim um olhar analítico sobre a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses e camponesas, comunidades e povos tradicionais.

Em nosso Estado de Rondônia, o número de conflitos no campo, em 2023, teve uma das taxas mais elevadas do país (113,7%), em comparação com o ano de 2022. Rondônia ficou em 4º lugar no Ranking dos Estados com maior número de ocorrências de conflitos no campo, no Brasil (186 ocorrências). Na Região Norte, que engloba 07 Estados do Bioma Amazônia, ficou em 2º lugar, tanto em número de ocorrências por conflitos no campo, quanto em conflitos pela Terra, atrás apenas do Pará.

A Comissão Pastoral da Terra Regional Rondônia é organizada pela divisão regional em 06 regionais: Regional Cone Sul, Regional Centro, Regional da Mata, Regional Vale do Guaporé, Regional Jamari e Regional Madeira Mamoré. Em todos estes regionais, agentes e equipes da CPT, junto aos movimentos sociais, às comunidades tradicionais e às vítimas da violência e da ganância, foram testemunhas das muitas pressões e tensões no dia a dia. Esta dura experiência faz restaurar cada vez mais, a missão da CPT, de ser presença profética, testemunha da esperança e da solidariedade às lutas

do povo, por terra, direitos, territórios e dignidade. Inúmeras denúncias, representações, enfrentamentos institucionais foram necessários para garantir que tantas ameaças não resultassem em tragédias, em danos irreparáveis para as famílias que buscam o acesso à terra e que vivem no campo e nos territórios.

A intensificação e as novas faces dos conflitos no campo, no contexto do Estado de Rondônia, revelam todo o esforço que o agronegócio tem feito para expandir as fronteiras do capital no campo, impulsionar as commodities, principalmente da pecuária e da soja, significando para tanto muitas violações de direitos. Infelizmente o Estado tem sido e se mostrado um grande aliado, não só do agronegócio e de suas estratégias de violência, como também da grilagem de terras públicas, do abandono dos assentamentos de reforma agrária e da demora sem fim, em reconhecer territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Por isso, o registro em números e gráficos, representa mais que retratar a realidade, mas ajudar a compreender e interpretar as histórias de vida, que estão por trás de cada ocorrência, de cada violência e de cada resistência.



ANÁLISE DOS DADOS

É importante saber que todas as ocorrências registradas e publicadas pela CPT iniciam com a coleta de dados dos agentes de pastorais de base, em todo o país. Estes dados são então trabalhados pela equipe de documentação do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT). Lá são organizados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas, a partir de eixos temáticos que caracterizam as diversas formas como estes conflitos vêm historicamente ocorrendo em todo o Brasil.

Quando se fala em conflitos, está se falando das ações de violência contra os povos do campo, mas também das ações de resistência empreendidas por esses mesmos povos. É preciso ainda lembrar, que o conflito não se trata de uma escolha, mas de um enfrentamento a uma situação que desafia as condições de vida de determinado setor da sociedade. Assim, seja quando a “casa comum”, como ensinam os povos tradicionais, está sendo ameaçada, quando os direitos estão sendo negados, as condições de reprodução social e cultural estão sendo eliminadas, o conflito ocorre e gera violência.

Por Violência entende-se o constrangimento, danos materiais ou imateriais; destruição física ou moral exercidos sobre os povos do campo, das florestas e rios, e também de seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo. Para a Comissão Pastoral da Terra, a incidência destes conflitos se materializa em diferentes eixos.

Vamos conferir quais são estes eixos temáticos: 1) Conflitos por terra (onde são incluídas diversas formas de violências contra a ocupação e a posse de terras, como também as ocupações de terras realizadas por trabalhadores e trabalhadoras e movimentos do campo); 2) Conflitos por Água; 3) Conflitos Trabalhistas (que envolvem superexploração

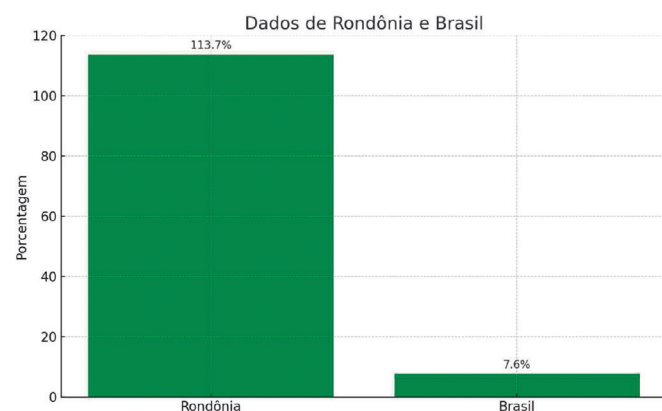
e trabalho escravo); 4) Violências contra a pessoa; e, 5) Manifestações de luta.

No retrato que é possível extrair dos conflitos no campo, no Estado de Rondônia, no ano de 2023, tendo em conta todos os eixos, revela que houve um aumento verticalizado, mais que o dobro de ocorrências. De 87 conflitos no campo, registrados em 2022, para 186 ocorrências em 2023. Trata-se de um aumento de mais de 113% no número de casos, na comparação com o ano anterior. Revela o quanto a violência é tida e mantida como método do avanço da fronteira da expansão do agronegócio sobre a Amazônia. Revela ainda, que, mais que um problema de governos, a violência, enquanto contraface do latifúndio, do agronegócio e da grilagem, é um problema incrustado no Estado brasileiro.

É a persistência de um método, utilizando todas as formas, privadas e institucionais, para que, nada e ninguém se oponha ao avanço do agronegócio sobre a Amazônia, passando por Rondônia. É também a rota da Amacro, esta nova regionalização do agronegócio sobre a Amazônia que envolve o norte do Estado de Rondônia, o Sul do Estado do Amazonas e o Leste do Estado do Acre. Na verdade, em números, as ocorrências do conflito no campo, demarcam esta região, como epicentro da violência na Amazônia.

Constata-se, então, que, no caso de Rondônia, esta violência não recua. Persiste e se mantém, caracterizando o Estado, entre os primeiros, onde a violência e os conflitos no campo vão se recrudescendo. No Gráfico 1, mostra a comparação entre o aumento percentual de ocorrências em Rondônia e no Brasil, entre 2022 e 2023.

Gráfico 1: Aumento percentual no nº de conflitos registrados em todo o Brasil e em Rondônia entre 2022 e 2023



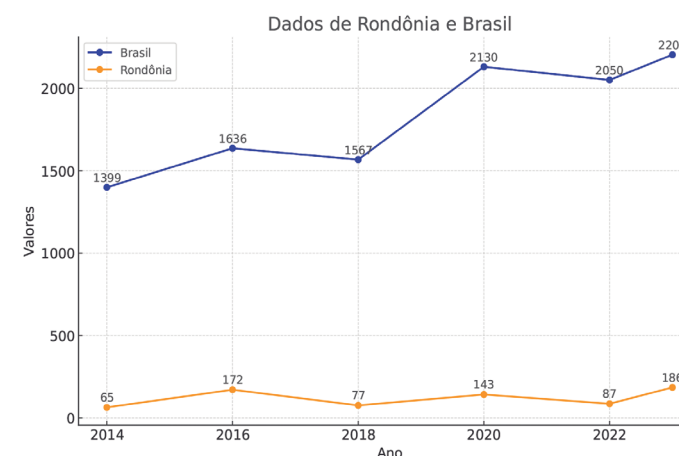
Fonte dos dados: CPT Nacional 2024

No Gráfico abaixo, toma-se um período de dez anos, no sentido de compreender a variação, no curso dos anos, dos conflitos no campo, comparando os registros encontrados em Rondônia e no Brasil. Uma primeira interpretação, a partir do gráfico, é a que aponta para um cenário, mais que de estabilidade, a progressão desta violência. Em outras palavras, nos últimos dez anos, a violência e os conflitos registrados não se arrefeceram. Mostra a contumácia do latifúndio, grilagem e agronegócio na gestão desta violência, como atributo e estratégia indispensável, mas mostra também a leniência ou concordância das ações ou inações do Estado na perpetuação deste quadro.

Com leve recuo, no período da pandemia (2019-2021), ainda assim, esta situação conflitiva se manteve e progride vertiginosamente, ainda que o Brasil trocasse de um governo fascista e declaradamente opositor ferrenho dos movimentos sociais do campo (2019-2022), para um governo com feições mais democráticas. O que comprova, que as raízes do latifúndio, hoje tão celebrado na propaganda do agro,

entranha-se por dentro dos poderes do Estado, forjando todas as medidas possíveis para interditar e anular o direito à terra e aos territórios, a reforma agrária e os incentivos à agricultura familiar, como também a proteção ao ambiente e aos recursos naturais.

Gráfico 2: Variação no número de conflitos registrados no Brasil e em Rondônia – série histórica 2014-2023



Fonte de dados: CPT Nacional, 2024 TERRA



TERRA

O Estado de Rondônia, que na década de 1970, fez, talvez, o maior experimento, enquanto Projeto de Colonização dirigida pelo Estado. Conforme informações institucionais (<https://radios.ebc.com.br/brasil-rural/2021/02/o-governo-de-rondonia-e-incra-lancam-programa-de-regularizacao-fundiaria>), foram 238 projetos de assentamentos na modalidade de colonização. Ainda que o Estado tenha assumido o planejamento e a execução dos projetos de colonização, a realidade prática nem sempre correspondeu ao plano e à propaganda. Desde o início foram muitas situações onde os conflitos e a violência estiveram presentes. E em grande parte, os processos de grilagem, concentração de terras, desmatamento ilegal, violação de territórios dos povos tradicionais, tem a ver com o caos planejado dos projetos de colonização dos anos de 1970.

Marcas dos disparos feitos por pistoleiros contra o acampamento São Lourenço, em Vilhena



Imagem: Comunidade local

No ano de 2023, foram registradas 162 ocorrências de conflitos por terra no Estado. Foram 09 ações de ocupação de terras, duas delas referentes a uma mesma área, com 149 registros de violência contra a ocupação e a posse,

correspondendo a 87% de todas as ocorrências registradas em 2023.

Em termos gerais, estes números situam o Estado de Rondônia como o 4º estado com maior número de registros de conflitos por terra em todo o Brasil, com um aumento de 107.6%, em relação ao ano de 2022, quando foram registradas 78 ocorrências.

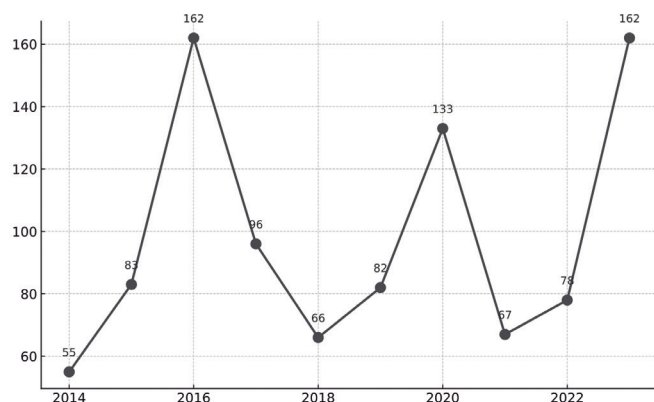
Em Rondônia, é possível constatar que a violência no campo e os conflitos por terra carregam uma marca estrutural, indicando a resistência dos povos que lutam por terra e território, mas também desmentindo o discurso do desenvolvimentismo da frente de expansão do agronegócio sobre a Amazônia.

No gráfico 3, apresentamos a variação no número de registros de conflitos por terra nos últimos dez anos (série histórica 2014-2023). É possível observar as oscilações das ocorrências no período, que, no entanto, mantiveram-se entre as taxas mais elevadas dos registros apontados para o Brasil. Dois cenários ficam bem retratados no gráfico, o primeiro, que o número de conflitos se manteve alto mesmo em tempo de pandemia, e segundo, que mesmo após o término de um governo extremamente repressivo e conservador ante a luta pela terra, o número de conflitos volta a crescer vertiginosamente em 2023.

Entre os anos de 2020 a 2022, as forças de repressão institucional, principalmente com a presença da Força Nacional e com o instrumento da Garantia da Lei e da Ordem, reprimiram fortemente as ocupações e a luta pela terra no Estado. O nível de conflito alto, entretanto, revela também a relação destas ocorrências com o avanço e expansão da fronteira agrícola sobre o bioma Amazônia, que vem se intensificando nos últimos anos, sobretudo com a implementação da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (Amacro).



Gráfico 3: Ocorrências de Conflitos por Terra em Rondônia – série histórica 2014-2023



Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

A violência contra a ocupação e a posse em Rondônia carrega as marcas de uma ação articulada entre a ação privada, pistolagem contratada, mas também a ação institucionalizada, quando as forças de segurança, e outros Órgãos de Estado, como o Poder Judiciário, atuam enquanto instrumentos que fomentam ou legitimam a violência. Em Rondônia tem sido padrão, as ações do governo do Estado, apresentadas como solução aos conflitos: patrulha rural, monitoramento com equipamentos de segurança, etc. Por sua vez, a Assembleia Legislativa também cumpre seu papel, neste sentido, principalmente com um discurso fortemente agressivo contra os movimentos sociais do campo e contra as medidas de proteção ambiental.

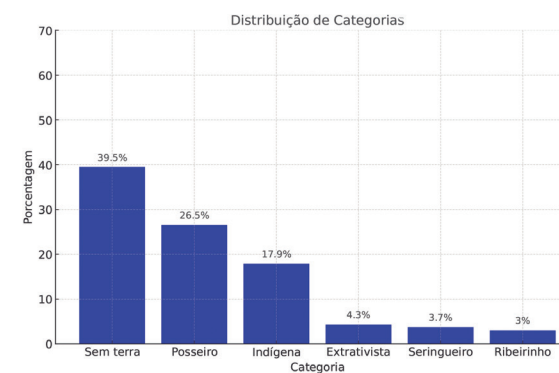
Isso, inclusive pode ser constatado na promulgação da Lei nº 5.560/2023, que criminaliza, em âmbito estadual, a organização dos acampamentos e ocupações, impossibilitando o acesso às políticas públicas estaduais a quem estiver vinculado à alguma forma de organização de luta pela terra.

Se virarmos a página, será possível perceber, que a ação tanto do Governo do Estado quanto da própria Assembleia Legislativa, tem sido toda voltada para dar legitimidade à violência no campo, muitas vezes por meio da atuação da própria Polícia Militar, investigações de crimes contra lideranças e trabalhadores não são regularmente procedidas, iniciativas legislativas para diminuir ou restringir áreas de proteção e investimentos à programas de regularização fundiária, muitas vezes, sem atender aos procedimentos previstos.

Em âmbito federal, a bancada de Rondônia tem tido uma atuação combativa em favor de medidas que visem dar amparo à irregularidades e grilagem de terras, seja em aumentar o nível de violência e repressão contra trabalhadoras, trabalhadores e movimentos sociais.

Do total de 162 ocorrências de conflitos por terra no Estado, foram atingidas 9.573 famílias, em 85 comunidades rurais, entre acampamentos, ocupações, assentamentos, comunidades quilombolas, comunidades indígenas, comunidades ribeirinhas, entre outros.

Gráfico 4: Vítimas da violência contra a Ocupação/Posse em Rondônia – 2023



Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

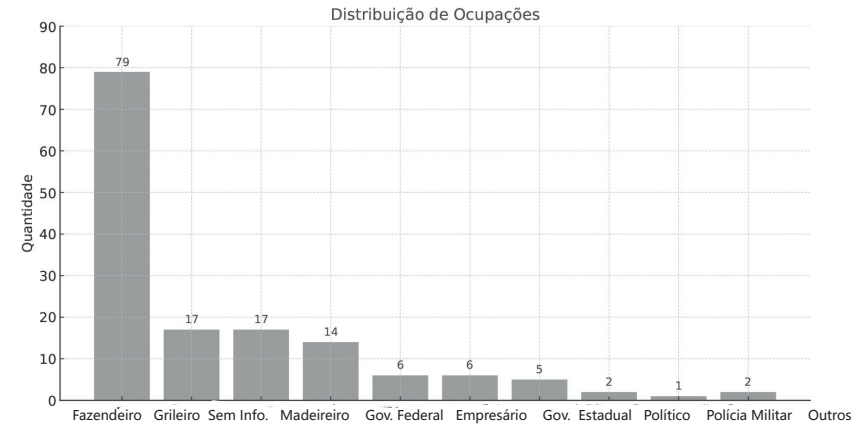


A categoria Sem Terra, que designa famílias que lutam por terra e que vivem em acampamentos para reivindicar o acesso à terra por meio da reforma agrária, foi a maior vítima de ações violentas no campo em Rondônia. Foram 64 ocorrências em 2023, contra 16 ocorrências do ano de 2022, um aumento de 300%. A segunda categoria que também teve um alto crescimento foi a de posseiros, que passou de 20 ocorrências em 2022 para 43 ocorrências em 2023, um aumento de 115%.

No Estado, a luta pela terra implica em grande parte a luta pela regularização de pequenas ocupações, que se estabeleceram, em média, há mais de uma década e meia, sobre terras públicas não destinadas. No entanto, boa parte destas terras públicas, seja por procedimentos modernos de grilagem (autodeclarações cadastrais, fraudes cartoriais), seja pelo modo antigo, passaram e passam a ser reconhecidas, ou como “propriedade esquentada e regularizada”, ou como “posse/propriedade” legitimada por alguma ordem judicial de reintegração e despejo. Assim, tanto a categoria Sem Terra e Posseiro, representa o anseio coletivo de milhares de famílias que reivindicam o desejo do acesso à terra, que em tese, seria pública, ou seja, de todos, e não de alguns.

Assim como as demandas por destinação e regularização de terras públicas, também a reivindicação por reconhecimento territorial persiste como uma demanda não resolvida e, por isso, uma bandeira de luta dos Povos Indígenas e das Comunidades Quilombolas. Neste sentido, a categoria “povos indígenas”, representa no Estado todo um processo persistente de uma demanda represada, não resolvida pelo Estado brasileiro e sob ataque voraz do setor ruralista, principalmente no Estado. Em 2022, foram 22 ocorrências de conflitos pelo direito ao território no Estado, e este número cresceu em 2023, para 29 ocorrências de conflitos, um aumento de 31,8%.

Gráfico 5: Categorias causadoras da violência contra a Ocupação/Posse em Rondônia – 2023



Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Em relação a quem mais causa a violência, os maiores destaques são para as categorias: “fazendeiro e grileiro”. As duas categorias juntas foram responsáveis por 96 ocorrências, sendo 79, causadas por fazendeiros e 17, por grileiros. Dos 149 registros de ocorrência de violência contra a ocupação e posse, estas duas categorias foram responsáveis por 64.4% dos casos de violência. No ranking das categorias, que mais causaram, ainda, 17 ocorrências, sem identificação do agente causador, e 14 ocorrências tiveram como autor da ação, madeireiros.

Um dado revelador, ainda, neste gráfico 6, são as ocorrências em que o Poder público aparece como categoria causadora. Somaram um total de 11 ocorrências, sendo 06 por parte do Governo federal e 05 por parte do Governo Estadual. Ou seja, quanto à categoria que causa violência, o Poder público aparece como categoria vinculada diretamente à causa da violência contra a ocupação e posse.



Na próxima tabela (Tabela 1), é possível constatar as muitas formas de violência identificadas no conjunto das ocorrências de conflitos por terra, sendo que, em uma mesma ocorrência, diferentes formas de violência podem acontecer. Este conjunto de tipos de violência, retratados na tabela, revelam as estratégias historicamente utilizadas pelos causadores de conflitos para desestabilizar, impedir ou inviabilizar a permanência de famílias em suas terras e territórios.

Importante destacar também, que a violência contra as comunidades, não atinge somente as pessoas e seus direitos, mas sobretudo suas condições de existência. Esta violência é materialmente destrutiva, na destruição de casas, pertences e roçados, demonstrando assim, um caráter simbólico e pedagógico contra as ações organizadas contra principalmente a grilagem. Em outras palavras, tirar as condições materiais e físicas da luta e da organização dos movimentos, é desestimular tais ações, é o recado da naturalização da repressão, onde famílias inteiras são violentadas em sua própria dignidade.

Mas também, essa violência física nunca vem sozinha. Ela vem amparada e legitimada pela omissão e conivência do próprio Estado, lento em dar efetivação à destinação constitucional das terras públicas e rápido na proteção do agronegócio, latifúndio e grilagem. Por isso os instrumentos técnicos do Estado, como as ordens judiciais, a atuação das forças públicas militares, comparecem sempre e rapidamente para a proteção destes interesses. E em muitos casos, esta atuação do Estado, conhecida e facilmente acessada, serve como uma espécie de autorização aos crimes no campo, em nome do falso discurso de proteção da propriedade, da segurança jurídica e do Estado de direito.

No ano de 2023, a violência da invasão foi a mais incidente, com 23 casos registrados. Esta violência que atingiu em 2022, 1.609 famílias, aumentou de forma gritante, em 2023, atingindo 2.280 famílias, um crescimento de 70.5%. No entanto, se

tomarmos como comparação, o número de famílias atingidas, a violência da ameaça de despejo judicial, teve um aumento escandaloso. Em 2022, eram 1.375 famílias ameaçadas de despejo. Em 2023, este número sobe para 7.169 famílias em estado de ameaça de despejo judicial, um aumento de 421.3%. Vale aqui, uma breve explicação. O Despejo ou ameaça de despejo, quer dizer aqui, em relação que ocorre em decorrência de uma ação judicial, já cumprida ou, prestes a cumprir. Ultimamente, em alguns Estados, já vem ocorrendo despejos ilegais, promovidos pelas forças de segurança do Estado, sem ordem judicial. Diferente de expulsão e ameaças de expulsão, que são medidas contratadas e patrocinadas por fazendeiros e grileiros, sobretudo, por meio de milícias armadas e pistolagem.

Em relação à pistolagem, esta violência também cresceu. Esta violência que atingiu 333 famílias em 2022, teve sua incidência aumentada em 2023, atingindo 719 famílias, um crescimento de 115,9%. A recorrência destas dinâmicas de violência aponta para uma forma de agroestratégia, do latifúndio, do agronegócio e da grilagem, relacionando às pressões e ataques sofridos pelas famílias que vivem e se organizam nas ocupações e acampamentos para reivindicar o acesso à terra, a regularização das pequenas ocupações e à reforma agrária.



Tabela 1: Tipo de violências contra comunidades registrados em conflitos por terra em Rondônia – 2023

Invasão*	23
Ameaça de despejo judicial	21
Desmatamento ilegal	17
Pistolagem	16
Omissão/Conivência	11
Destruição de casa	11
Expulsão	10
Destruição de pertences	9
Grilagem	8
Incêndio	6
Destruição de roçados	5
Despejo judicial	4
Ameaça de expulsão	3
Contaminação por agrotóxico	2
Violações nas condições de existência	1
Impedimento de acesso a áreas de uso coletivo	0

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Todo este quadro de violência, deixa claro, que a ação violenta é um “modo de ser”, do latifúndio, do agronegócio e da grilagem de terras públicas. Mas deixa claro, também, que, por mais que esta violência seja estrutural, isto é, a alma destes empreendimentos, que avançam sobre a Amazônia, tais ações precisam ter o amparo e a legitimidade do Estado. E ainda mais, para que, tudo isso pareça muito natural, é fundamental que haja um grande consenso, em forma de propaganda, para que a sociedade receba e incorpore este recado.

Tudo isso é importante que seja dito, no sentido de compreender dois grandes discursos que são vendidos em forma de imposição de um consenso. O primeiro, de que “o agro é tudo”, desenvolvimento, progresso, tecnologia, e segundo, “de tornar criminoso e bandido” quem se opõe a este

segmento. Assim, fica claro, porque tantas leis em curso, ou em forma de projeto, para criminalizar a luta por direitos à terra e territórios e ampliar ao máximo, a possibilidade de afrouxar o licenciamento ambiental, retirar os limites de proteção ao ambiente, da Amazônia legal e liberar desmatamento e mineração, extinguindo ou reduzindo áreas protegidas e territórios indígenas.

No outro lado, estão a resistência e a organização dos povos, dos trabalhadores que buscam seus direitos, e das comunidades tradicionais. Esta resistência tem sido feita por meio da organização, da mobilização e também das ocupações ou retomadas. Em 2023, foram 09 ações de ocupação, em Rondônia, envolvendo 401 famílias, duas delas em uma mesma área. No Vale do Jamari, região onde houve muita concessão de terras públicas, onde também foram criadas várias Reservas Extrativistas, e onde também, crescem os olhos da cobiça da grilagem, com forte participação da pistolagem privada e da ação estatal de repressão, foi onde se deu o maior número de casos, 06 casos.

Todas as ações de ocupação foram protagonizadas pela categoria “Sem Terra”. Isso indica ainda, que nesta região, o anunciado progresso da fronteira da expansão do agronegócio do boi e da soja, chegou apenas para alguns. Indica ainda, que, rapidamente, a própria justiça vai “resolvendo” a situação da grilagem, conferindo proteção e legitimidade a partir de “títulos podres e precários”, sem qualquer discussão sobre a terra pública e sobre sua destinação.



OCUPAÇÕES

As ocupações ou retomadas, representam tudo aquilo que resta aos movimentos e organizações sociais do campo, movimentos de povos e comunidades tradicionais, ante o abandono das políticas de redistribuição e reconhecimento de terras e territórios. A Reforma agrária enquanto política de Estado brasileira, há muito não tem sido aplicada. Os direitos territoriais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos povos tradicionais, ainda que previstos na Constituição, ainda que haja leis que orientem o Estado para a implementação destes direitos, ou tem sofrido fortes ataques por medidas e projetos legislativos, revogando tais direitos ou mesmo extinguindo-os, quando não, pelo desmonte dos Órgãos e das políticas públicas específicas, tais direitos são indiretamente anulados, por falta de orçamento, estrutura e direcionamento político.

Por outro lado, sabem bem os movimentos e organizações, da importância das ocupações e retomadas, como uma forma de materializar as condições de produção e reprodução da vida destes povos. Assim, trata-se do direito à própria vida, do direito de existir, na sua diversidade, nas formas de convivência, de produção, cultura, etc.

No entanto, não bastasse a inação do Estado brasileiro, inúmeras iniciativas, principalmente a partir do Poder Legislativo, vem sendo tomadas, de um lado, criando uma espécie de “autorização para reprimir”, e de outro, reforçando a ideia de criminalizar os sujeitos e as ações de luta destes povos. Uma dessas iniciativas, como uma espécie de braço do setor ruralista, é o movimento “invasão zero”, que na sequência, se institucionalizou também como Bancada Parlamentar “Invasão zero”, com uma série de projetos e medidas propostas contra as ocupações de terra e contra os movimentos indígenas, na luta por seus territórios.

Em perspectiva histórica, é possível perceber que estas

estratégias apenas se aprimoram. Tem sido frequente essa reação e ataque aos movimentos. Desta forma, é possível perceber no gráfico 6, ao retratar as informações de uma década (série histórica 2014-2023), que o número de ações de ocupação que teve momentos de pico, entre os anos 2015 – 2016, está novamente em tendência de crescimento.

Seja de um ponto de vista mais geral, quanto específico na realidade das ocupações, aqui retratadas pelos dados, fica bem evidenciado o quanto as situações de conflito e o acesso ao direito à terra persistem como um problema social não resolvido.

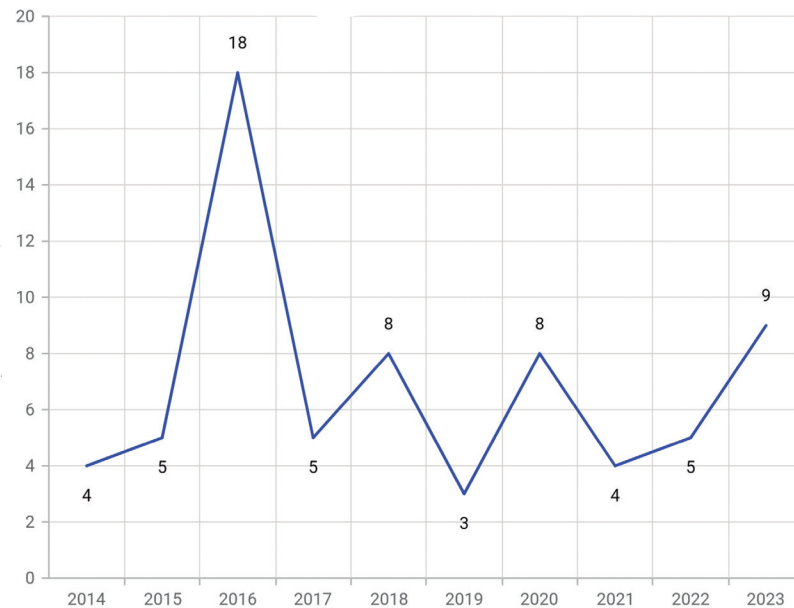
Ninguém se organiza em acampamentos ou participa de ocupações, por divertimento ou prazer, mas por uma questão vital de sobrevivência. O panorama das ocupações de terras, principalmente públicas, no estado, significa expressamente o quanto, pelos mecanismos dentro do próprio Estado, estoques de terras públicas contam com a convivência da administração, para reserva de interesses imobiliários. Este é o campo fértil, onde a grilagem acontece, sem controle do Estado e contando com os favores de agentes públicos, na maioria das vezes.

A ausência ou inação do Poder público, na verdade, funcionam como uma estratégia direcionada para benefício de grandes e corporativos interesses. Por isso que, mesmo tendo sido previstas como políticas públicas fundamentais, tanto a Reforma Agrária, quanto a Regularização Fundiária (Art. 188 da Constituição Federal de 1988), estão cada vez mais em desuso. É quando a “omissão se torna a principal ação estratégica”, para atingir determinados interesses. E por isso mesmo, a ideia de “ausência do Estado”, não corresponde à realidade concreta. Na verdade, mais que nunca, o estado esteve presente, para determinados interesses.



No gráfico 6, abaixo, na série histórica de 10 anos, na realidade de Rondônia, é possível perceber, na linha do tempo, que as ocupações de terra sinalizam para o principal problema que é a correta destinação da terra pública. Denuncia também, que, ao não ser tratada enquanto política pública e constitucional, essa demanda acaba funcionando como fator impulsionador da grilagem, do roubo de terras comuns, e por isso, impulso de conflitos pelo direito à terra e aos territórios, assim como a um ambiente protegido.

Gráfico 6: Número de ações de ocupações de Terra em Rondônia – Série Histórica 2014-2023



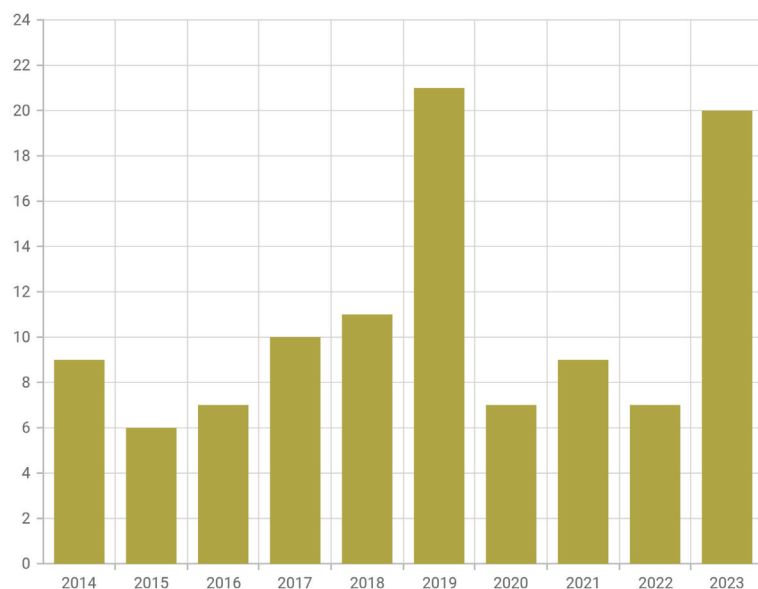
Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

ÁGUA

Os conflitos por água, registrados pela CPT, totalizaram 20 ocorrências, 13 a mais que em 2022. Somente no município de Porto Velho foram apontadas 11 ocorrências. As principais situações que caracterizam as ocorrências de conflitos por água no Estado dizem respeito à destruição e poluição dos rios (08 ocorrências), e, descumprimento de preceitos legais, principalmente por parte do Setor Hidrelétrico.

No gráfico 4, apresentamos a variação dos registros de conflitos por Água ocorridos em Rondônia, no período da série histórica, de 2014 a 2023. A variação indica, que em relação à 2022, os conflitos por Água, tiveram um aumento de 185,7%, consolidando fortemente uma tendência que atrela a verticalização da violência no cenário da expansão dos grandes projetos. Já são muitos os indícios e os fatos de poluição do lençol freático, por uso de agrotóxicos, nos monocultivos, principalmente da soja, assoreamento e extermínio dos rios, e, todos os impactos vinculados à situação da crise climática, enquanto resultados do desmatamento, invasão de áreas protegidas, grilagem e fogo.

Gráfico 7: Ocorrências de Conflitos por Água em Rondônia – série histórica 2014-2023



Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Na tabela abaixo, apresentamos as ocorrências dos conflitos pela água, em relação à localização, quem causa tais conflitos, qual a categoria impactada e qual a situação do conflito, ou seja, do que se trata mesmo a situação que gera tal conflito.

Como em todo levantamento estatístico que se faz da ocorrência dos conflitos, é fundamental ter presente que por trás de cada número há uma história de vida, individual ou coletiva, uma memória com uma carga grande de significado, tanto em relação à vida material destes sujeitos, quanto à sua cultura, sua fé e seus conhecimentos.

A água tem um valor imenso, que vai muito além do valor econômico. E por ser fonte de vida, faz parte do corpo, é saúde, é bem comum, é direito, é elemento sagrado. E por causa disto, a violência dos conflitos pela Água, sinalizam o quanto os

grandes empreendimentos (hidrelétricas, hidrovias) carregam consigo esse poder de destruição. Decreta-se a morte dos rios e dos seus habitantes, dos povos que convivem e se relacionam com as águas dos grandes rios, dos igarapés, das fontes e nascentes.

Os conflitos pela água impactaram 5.438 famílias em 20 municípios do estado. Este número cresceu aceleradamente, em relação a 2022, quando foram registradas 07 ocorrências de conflitos, envolvendo 644 famílias. Um crescimento de 185,7% no número das ocorrências e mais de 744%, em relação ao número de famílias impactadas. Na tabela 1, abaixo retrata-se, portanto, a realidade destes conflitos pela Água, onde é possível observar que a categoria Hidrelétrica foi a maior responsável por conflitos em Rondônia (07 ocorrências).

Tabela 2: Conflitos pela Água - Municípios de ocorrências de conflitos e categorias

Municípios	Categoria Causadora	Categoria Impactada	Situação do conflito
Alta Floresta D'Oeste	Hidrelétrica	Indígenas	Descumprimento de procedimentos legais
Alta Floresta D'Oeste	Hidrelétrica	Indígenas	Descumprimento de procedimentos legais
Candeias do Jamari	Mineradora	Ribeirinho	Desconstrução do histórico-cultural
Costa Marques	Governo federal	Quilombola	Descumprimento de procedimentos legais
Espigão D'Oeste	Fazendeiro	Ribeirinho	Diminuição do acesso à Água
Guajará-Mirim	Fazendeiro	Indígenas	Destruição e ou poluição
Machadinho D'Oeste	Hidrelétrica	Indígenas	Descumprimento de procedimentos legais
Nova Mamoré	Hidrelétrica	Indígenas	Descumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Garimpeiro	Ribeirinho	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Garimpeiro	Ribeirinho	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Hidrelétrica	Posseiro	Descumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Governo municipal	Ribeirinho	Diminuição do acesso à Água
Porto Velho	Empresário	Ribeirinho	
Porto Velho	Governo municipal	Ribeirinho	Descumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Grileiro	Ribeirinho	Impedimento de acesso à água
Porto Velho	Hidrelétrica	Pescador	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Garimpeiro	Indígenas	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Hidrelétrica	Ribeirinho	Destruição e ou poluição
Porto Velho	Fazendeiro	Seringueiro	Destruição e ou poluição
Presidente Médici	Fazendeiro	Pescador	Destruição e ou poluição

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA

Os registros de violência contra a pessoa registrados em 2023 atestam o agravamento dos conflitos no estado de Rondônia. Em 76 das 186 ocorrências de conflitos registradas em 2023, foram registradas diferentes formas de violência contra pessoas, violência essa reiterada mais de uma vez em determinados grupos. No Estado, a maioria destas ações de violência ocorreram em Porto Velho (22 ocorrências), Ariquemes, com 12 ocorrências e Machadinho D'Oeste, com 09 ocorrências.

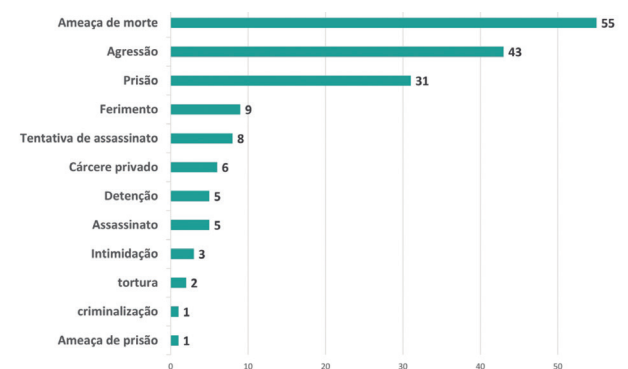
A geografia municipal desta violência, no Estado de Rondônia, confirma, conforme os dados apontados, que esta violência se mantém em regiões que sinalizam para o avanço da fronteira de expansão da agropecuária (Vale do Jamari e Região Norte), mas também, no cone sul do Estado (Vilhena, Chupinguaia e Pimenta Bueno, entre outros). No entanto, um fato que vem ganhando cada vez mais relevância, é a tendência de crescimento da violência e dos conflitos na região da BR 429 em direção ao Vale do Guaporé. Seringueiras e São Francisco apontaram a ocorrência de 10 ações de violência contra a pessoa, no ano de 2023.

Os registros de ameaça de morte apontam esta como a maior forma de violência utilizada, com um total de 55 ocorrências, contra 19, registradas no ano de 2022. Um número que já era alto e que teve um aumento de 189,4% no ano de 2023. O número de ocorrência de agressão que foram 02 no ano de 2022, cresceu para 43 no ano de 2023, indicando assim o nível de brutalidade da repressão estatal ou privada.

Rondônia é o Estado que mais prende pessoas que lutam por terra, que ocupam e buscam seus direitos, dentre todos os Estados brasileiros. O número de presos, em 2022, que eram 72, diminuiu para 31, mesmo assim ainda retratando o estado que prende, em decorrência dos conflitos por terra. Esta forma de criminalização, além de apontar para o alinhamento

entre Estado e latifúndio, indica também, a utilização, com ajuda das forças policiais e poder judiciário, em criminalizar a causa, criminalizando as pessoas. As mais aguerridas atuações parlamentares, junto à frente ruralista e a bancada “invasão zero”, em âmbito estadual ou federal, encontram nos parlamentares de Rondônia, sua mais perfeita correlação e representatividade.

Gráfico 8: Formas de violência contra a pessoa e número de casos – Rondônia 2023

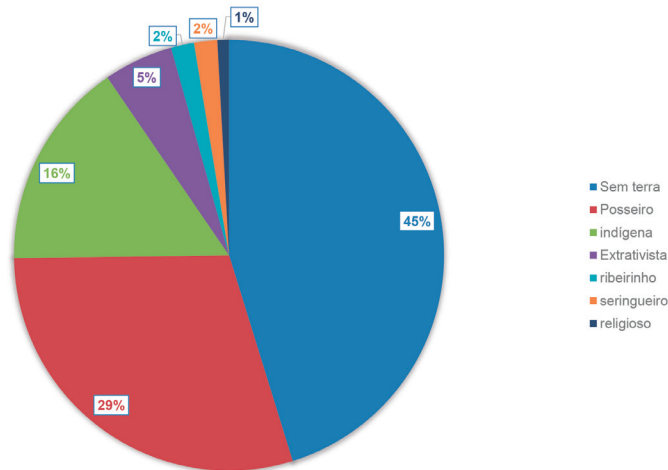


Fonte de dados: CPT Nacional, 2024



No próximo gráfico, apresentamos as categorias de vítimas da violência em conflitos no campo, no ano de 2023. De acordo com os dados, 45% das categorias vítimas de violência, ou seja, em 52 ocorrências, eram de acampamentos, identificados na categoria “Sem terra”. Em segundo lugar, por categoria atingida pela violência, aparece a categoria dos posseiros, em 34 situações, correspondendo a 29%. Em terceiro lugar, a categoria indígena, em 18 situações, correspondendo a 16%. Também foram vitimadas, enquanto categorias, em 06 ocorrências os extrativistas, 02 os ribeirinhos, 02 os seringueiros e 01 liderança religiosa.

Gráfico 9: Categorias de vítimas atingidas pela violência contra a pessoa no campo em Rondônia em 2023

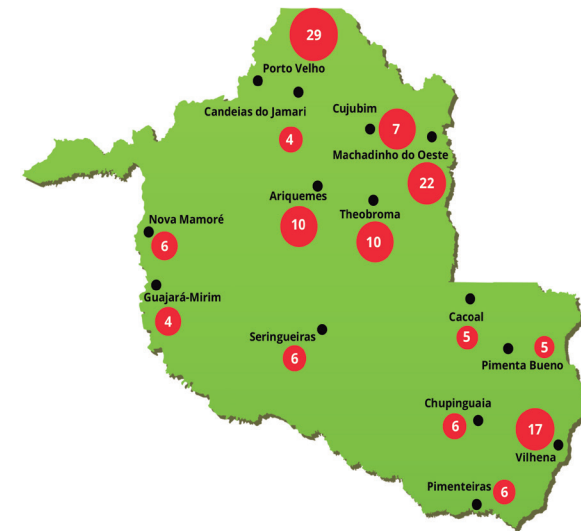


Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

MAPA

No mapa a seguir, apresenta-se a distribuição espacial e os municípios com maiores números de ocorrência de conflitos por terra, em Rondônia. Historicamente os projetos de colonização seguiram o rumo e o ritmo das estradas. Em um primeiro momento, a BR-364, como eixo dorsal da colonização, e posteriormente as BRs 421 e 429.

Mapa 1: Principais ocorrências de conflitos por terra em Rondônia - 2023



Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Percebe-se, que, atualmente, é também pelo eixo das rodovias que vai se consolidando o avanço da frente de expansão da fronteira agrícola (agronegócio do Boi, soja e milho), e também onde vai se consolidando a apropriação de terras públicas, principalmente na região de Porto Velho, Vale do Jamari, Cone Sul e Vale do Guaporé.



Os conflitos por terra, retratam a contradição deste processo, ou seja, onde não foi resolvida a questão da destinação das terras públicas, o fortalecimento da agricultura familiar, o agronegócio e a grilagem avançam, gerando tensões e conflitos no campo.

Acrescenta-se a isso, a nova fronteira de expansão, na região da Amacra, sobretudo no norte de Rondônia e Sul do Amazonas, indicando um avanço sobre áreas públicas, protegidas, terras indígenas e muito desmatamento e grilagem. No mapa abaixo, relaciona-se um conjunto de municípios que registram acima de 04 ocorrências de conflitos, lembrando que os conflitos por terra no Estado de Rondônia em 2023 foram registrados num total de 162 ocorrências.

Apresenta-se abaixo, a relação de municípios, onde os conflitos por terra ocorreram, destacando tanto o número de incidências, mas também o número de famílias envolvidas no conflito por terra.

Tabela 3: Conflitos por terra – ocorrências por município e número de famílias envolvidas

Município	Ocorrências	Número de famílias
Porto Velho	29	2.769
Vilhena	17	1.222
Machadinho D'Oeste	22	622
Ariquemes	11	419
Monte Negro	1	400
Gov. Jorge Teixeira	1	380
Seringueiras	6	379
Nova Mamoré	6	372
Cacoal	5	346
Alto Alegre dos Parecis	3	312
Chupinguaia	5	267
Candeias do Jamari	4	263
Ji-Paraná	3	253
Mirante da Serra	2	250
Espigão do Oeste	2	240
Pimenteiras	6	210
Guajará-Mirim	4	162
São Francisco	2	160
Costa Marques	2	150
Nova Brasilândia	1	120
Cujubim	7	86
Theobroma	10	85
Alta Floresta D'Oeste	1	52
Vale do Anari	1	41
Corumbiara	1	6
Itapuã do Oeste	3	5
Buritis	2	1
Pimenta Bueno	5	1

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

TRABALHO ESCRAVO

Em Rondônia, na série histórica analisada (2014-2023), totalizaram 23 ocorrências. Nestas ocorrências, estavam envolvidos um número de 252 trabalhadores, sendo, no período, 99 pessoas resgatadas ou libertas. No ano de 2023, no Estado, foram 04 ocorrências, que envolviam 16 pessoas. No Brasil, comparativamente, em 2023, os três estados que mais registraram denúncias foram Minas Gerais (58), Pará (21) e Goiás (17).

A realidade dos conflitos trabalhistas, na Amazônia e nas sub-regiões precisa levar em conta, a diminuição, dificuldades e fragilidade na fiscalização, relacionadas a este número, considerado baixo. Em outros termos, a subnotificação, ou um padrão de nível baixo de ocorrências, estão, em grande parte relacionados às dificuldades de fiscalização, a vastidão da região e mesmo, em certos momentos a inação dos próprios Órgãos de fiscalização, por razões diversas: priorização, recursos materiais e humanos, entre outros.

Entre as atividades que mais estiveram ligadas à exploração de trabalho escravo ou de superexploração do trabalho, a pecuária se destaca, no período, com 13 ocorrências. Além desta principal atividade, aparecem ainda nos registros, atividades ligadas ao desmatamento, soja, eucalipto e mineração.

**Tabela 4: Trabalho escravo em Rondônia
– Série Histórica 2014-2022**

Ano	Ocorrências	Trabalhadores na denúncia	Trabalhadores resgatados
2014	1	5	5
2015	4	113	113
2016	3	17	17
2017	3	8	8
2018	0	0	0
2019	3	39	39
2020	3	9	9
2021	0	0	0
2022	2	45	45
2023	4	16	16
TOTAL	23	252	99

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

MANIFESTAÇÕES DE LUTA

Trata-se aqui de ações coletivas de trabalhadoras e trabalhadores, povos das florestas e dos rios, que protestam contra atos de violência sofrida ou mesmo contra a restrição de direitos. É uma forma de reivindicar políticas públicas, mas também de repudiar ações governamentais, ou mesmo inações. Tais manifestações, ainda, podem ter o objetivo de exigir que acordos e promessas sejam cumpridos.

Povos indígenas fecham a BR-364 contra o Marco Temporal.



Imagem: Marison Dourado

Tem sido uma forma de luta prioritária, que expressa ao final, a movimentação pelo direito de continuar existindo, enquanto identidade coletiva ou comunitária, na afirmação do direito comum a todas e todos, no direito ao reconhecimento. E neste sentido, não se trata apenas de um direito específico, relacionado à pessoa, enquanto tratada como “titular” deste direito, mas um direito que diz respeito ao território, sem o qual a identidade destes sujeitos não existe, do ambiente, considerado sagrado e que deve ser, portanto, respeitado. As manifestações de luta, em síntese, expressam muito bem, a

ação coletiva pelo direito de viver e de conviver.

No Brasil, em 2023 foram registradas 659 ocorrências de manifestações de luta, o menor número, nos últimos 05 anos. Este retrato, representa que, entre os sombrios anos de 2019-2022, além do desmonte de políticas públicas e do agravante da criminalização dos movimentos sociais de luta por terra e território, comandado pelo governo federal, o que se viu foi um absoluto fechamento de canais de diálogo entre o Estado e os movimentos sociais do campo. E quando a “corda apertada”, os sinais das manifestações de luta se intensificam,

Com a reabertura dos canais de diálogo, e mesmo com a promessa de reconstrução das políticas públicas voltadas para o campo e comunidades tradicionais, a ideia que se estabelece é justamente deslocar as mobilizações para este campo de diálogo, sobretudo nos espaços de tomada de decisão. Na tabela 5, apresentamos a variação dos dados nas manifestações de luta no quinquênio 2019-2023.

**Tabela 5: Manifestações de luta em Rondônia:
Série histórica 2019-2023**

	Ocorrências	Pessoas envolvidas
2019	35	6.840
2020	40	772
2021	35	1.715
2022	22	670
2023	10	160

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Dos casos registrados nas manifestações de luta em Rondônia, no ano de 2023, das 10 ocorrências, 04 estavam relacionadas à luta por terra (Sem terra), 05 às lutas pelos territórios (Indígenas, Ribeirinhos e Quilombolas) e 01, relacionada ao rio (Pescador).

AMACRO

A Amacro, foi o nome dado inicialmente à junção das iniciais de três Estados: AM (Amazonas), AC (Acre) e RO (Rondônia). Mas não só. Foi pensada pela Embrapa, como uma região de transição, constituída e desenhada numa área de 468.116 Km², de uma região composta pela maior parte do Sul do Amazonas, pelo leste do Acre e pelo Norte de Rondônia. Trata-se de uma região de transição, do Sul para o Norte, em direção ao interior do Amazonas, mas também uma região-corredor. Por isso é importante se perguntar sobre o que esta região tem de interessante.

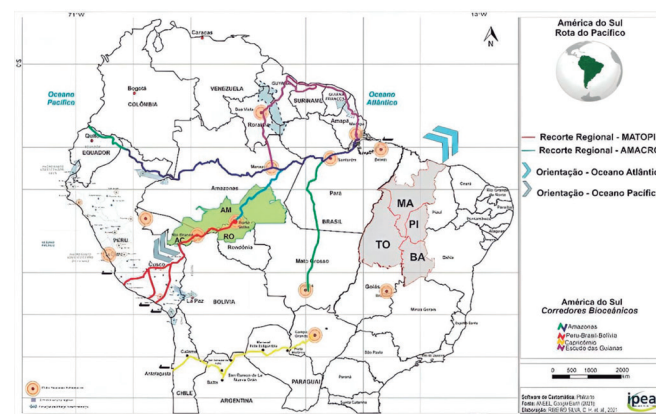
É uma região corredor, porque nela se entrecruzam as rodovias da BR- 364 (Cuiabá a Cruzeiro do Sul, no Acre), com a BR-319, saindo de Porto Velho em direção à Manaus. Mas também na altura de Humaitá, cruza uma a BR-230, que é a transamazônica, construída até a cidade de Lábrea. No planejamento esta região é importante, porque ela interliga os oceanos, ou seja, em direção ao Acre, principalmente após a construção da Ponte do Abunã, interliga com rodovias, a partir do Acre que conectam o Brasil a Portos do Pacífico, no sul do Peru. Mas também, iniciando em Porto Velho, implementou-se a Hidrovia do Madeira, como o principal meio de transporte da soja, ligando o Rio Madeira ao Rio Amazonas e deste ao Atlântico, via esta da exportação principalmente da soja e do farelo de soja para a Europa.

No mapa abaixo retrata bem esta realidade e o por quê esta região vem sendo conhecida como o Matopiba amazônico. Ou seja, trata-se de uma nova fronteira de expansão do agronegócio sobre a Amazônia. Esta expansão, não vem só, mas incorpora toda a dinâmica própria de desmatamento, invasão de áreas protegidas, invasão de terras públicas, grilagem e muita violência.

Por isso é importante conhecer pelo menos um pouco desta realidade. No mapa abaixo, produzido pelo IPEA, demonstra-

se como esta região passa a ser o epicentro da violência do latifúndio, do desmatamento e da grilagem de terras públicas. Por ser um ponto de irradiação deste modelo de expansão de fronteira agropecuária, tem concentrado nos últimos anos, os maiores índices de desmatamento do país, uma série de invasões de áreas protegidas e Territórios Indígenas e violência contra as pequenas ocupações e posse.

Mapa 2: América do Sul Arco Norte - AMACRO e MATOPIBA



Fonte: IPEA. 2021

Na tabela abaixo, apresentamos os dados em números de uma realidade que na última década descreve o percurso de uma economia da destruição que avança sobre o bioma amazônico. De um lado, a cruel realidade da Amazônia, que, na série histórica concentrou na última década quase 50% de todos os conflitos no campo registrados no Brasil. Por outro lado, é importante prestar atenção no fato de que, a tensão e a pressão impostas sobre a Amazônia, intensificam na parte mais ocidental, ou seja, nos Estados da chamada região Noroeste: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Os números de conflitos no campo, deste regional, vem crescendo de forma elevada nos últimos anos.

A Amacro, agora também conhecida pela embalagem de Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (ZDS Abunã-Madeira), de certa forma está no coração desta região Noroeste, numa faixa de transição, corredor de passagem, em direção à Amazônia mais preservada. Os conflitos levantados e registrados na Amacro, indicam nos últimos dez anos que a região responde por quase 58% dos conflitos do Regional Noroeste, embora seja uma região com apenas 32 municípios. A média anual dos conflitos nesta região da Amacro é de 152 conflitos, sendo que em 2023 foram registrados nesta região, 200 ocorrências de conflitos no campo. Se fosse um Estado, estaria em 4º lugar no Ranking nacional como o lugar mais violento, de maior ocorrência de conflitos no campo.

Tabela 6: Conflitos no campo nas Regiões – série histórica 2014-2023

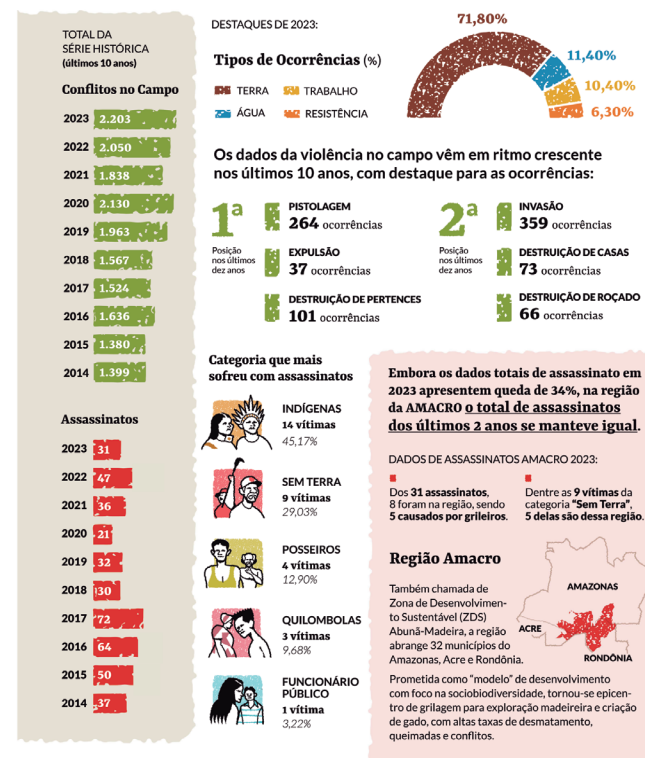
Ano	Brasil	Amazônia legal	% do Brasil	Amacro	% do Brasil
2014	1.399	572	41%	95	64,6 %
2015	1.380	671	49%	125	69,9 %
2016	1.636	889	54%	187	61,7 %
2017	1.524	751	49%	147	64,4 %
2018	1.567	717	46%	110	54,4 %
2019	1.963	906	46%	168	60,2 %
2020	2.130	1.167	55%	163	50,9 %
2021	1.838	883	48%	154	59,2 %
2022	2.050	1.117	54%	168	45,9 %
2023	2.203	1.034	47%	200	47,9 %
Média	1.769	870,7	48,90%	152	57,91%

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Entre os conflitos no campo, a região da Amacro, indicando em grande parte o descaso com a política de reforma agrária, política ambiental e política de regularização fundiária, são os conflitos por terra que ganham maior destaque. Os percentuais registrados, em uma linha diferente do que ocorreu no Brasil e na Amazônia legal, a violência dos conflitos no campo e dos conflitos por terra cresceram assustadoramente neste fatídico ano de 2023.

Figura 1: Conflitos no Campo, 2023

PANORAMA DOS CONFLITOS NO CAMPO 2023



Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Foram 179 ocorrências de conflitos por terra, registrados em 2023, contra 175 do ano de 2022. Um número que já é alto, e que ainda assim cresceu 15,4%, contra todas as tendências nacionais de diminuição. A se destacar também, que este alto índice de violência, registrado no ano de 2023, indica uma taxa de 28,7% acima da média dos últimos dez anos. Isso tudo, sem exagero, leva à constatação de que, no contexto brasileiro, a Amacro é um "barril de pólvora" e com o estopim aceso.

**Tabela 7: Conflito por terra nas Regiões
– série histórica 2014-2023**

Ano	Brasil	Amazônia legal	% do Brasil	Amacro	% do Brasil
2014	1.119	455	41%	124	66,1 %
2015	1.130	590	52%	167	70,0 %
2016	1.385	809	58%	287	61,6 %
2017	1.256	674	54%	215	61,8 %
2018	1.195	630	53%	186	53,2 %
2019	1.364	800	59%	230	63,90%
2020	1.670	1.046	63%	288	54,1 %
2021	1.356	699	52%	236	61,4 %
2022	1.602	940	59%	329	47,1 %
2023	1.724	833	51%	381	46,9 %
Média	1.380,10	752,6	54%	244,3	58,61 %

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Na série histórica, os dados revelam uma conclusão de que, a estratégia do agronegócio e todo o suporte e o amparo estatal dado à esta frente de expansão, foi se consolidando com o passar do tempo, tanto pelas políticas em nível federal adotadas, quanto pelos compromissos e a fiança oferecida principalmente pelo Governo estadual. Há uma espécie de razão de existir desta violência, uma vez que ela se torna cada vez mais letal e cruel, justamente onde avança o agronegócio do boi e da soja. Em Rondônia, nos últimos anos, Porto Velho tem sido o município com o maior número de ocorrências da violência no campo e dos conflitos por terra no estado. E é justamente a região, onde aumenta a área de pastagem, o rebanho, e a soja, onde aumenta a violência, o desmatamento e a grilagem.

Neste cenário, o alto índice de violência contra a ocupação e a posse, em 2023, na região da Amacro, revelam o preço do chamado “desenvolvimento e progresso”, assim como revela também a letalidade do agronegócio, contra o ambiente, as florestas e os rios, e contra os trabalhadores e trabalhadoras que lutam pelo direito constitucional do acesso à terra, trabalho e dignidade.

Na próxima tabela (tabela 8), apresentamos os dados referentes à violência contra a pessoa, comparando as regiões: Brasil, Amazônia Legal e Amacro. É possível constatar que do total de 1.467 pessoas que foram vitimadas por algum tipo de violência, 75,5% estavam na Amazônia legal, quando isso ocorreu. Na Amacro, foram 14,9%, sinalizando assim o alto índice de violência presente na Região de desenvolvimento, desvelando assim a contradição entre avanço da fronteira de expansão do agronegócio e sua face mais perversa, que é a violência.

Tabela 8: Violência contra a pessoa – Regiões –

Ano	Brasil	Amazônia legal	% do Brasil	Amacro	% do Brasil
2014	644	285	44%	60	9%
2015	1.831	396	22%	82	5%
2016	1.245	938	75%	300	24%
2017	1.434	742	52%	137	10%
2018	1.796	407	23%	49	3%
2019	806	485	60%	83	10%
2020	688	542	79%	60	9%
2021	832	585	70%	50	6%
2022	1.075	772	72%	126	12%
2023	1.467	1.108	76%	219	15%
Média	1.181,80	626	57,20%	116,6	10,20%

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

Na Amacro, é o segundo maior registro para o período, revelando um forte crescimento em relação à 2022, crescimento de 14.2%, na relação. Muito embora, essa fronteira de expansão venha se consolidando, na série histórica analisada, indica um dos mais altos focos de violência no Brasil. A Amacro, com 32 municípios, representa, 14.9% da violência no campo, cometida em todo Brasil e quase 20% de toda a violência cometida na Amazônia legal, conforme os dados acima.

Ao analisar os dados referentes às mulheres vítimas da violência no campo e dos conflitos pela terra, constata-se que houve um aumento significativo nos números referentes às pessoas atingidas, no ano de 2023. Este número subiu 34.8%

de 2022 para 2023 na Amazônia Legal, e 33.3%, no mesmo período na região da Amacro. A tabela abaixo, traz esta triste constatação de que, nas três regiões apresentadas, o número de mulheres vítimas, em 2023, foi maior que o média dos últimos 10 anos.

Tabela 9: Mulheres vitimadas - Zonas de desenvolvimento - 2014 - 2023

Ano	Brasil	Amazônia legal	% do Brasil	Amacro	% do Brasil
2014	93	51	55%	16	17%
2015	225	92	41%	13	6%
2016	118	76	64%	22	19%
2017	102	83	81%	12	12%
2018	484	46	10%	2	0%
2019	106	61	58%	15	14%
2020	79	65	82%	15	19%
2021	94	61	65%	4	4%
2022	144	89	62%	12	8%
2023	180	120	67%	16	9%
Média	162.5	74.4	58.4%	12.7	10.8%

Fonte de dados: CPT Nacional, 2024

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, portanto, a exposição detalhada tanto dos números, quanto das características de ocorrências dos conflitos no campo, neste breve relatório, é possível perceber que a violência perpetrada contra os sujeitos coletivos, comunidades e povos do campo, das florestas e das águas, persiste de forma grave e elevada na realidade brasileira.

Esta tendência de alta, constatada, sobretudo nos conflitos por terra, revelam o quanto há uma articulação nacional, promovida pela Bancada ruralista no Congresso, pela atuação de frentes como a “Frente Invasão Zero”, assim como a atuação incisiva de governos estaduais, assembleias legislativas e corporações ligadas ao setor do agronegócio.

Na análise da série histórica (2014-2023), retratou-se também, o quanto este setor ruralista brasileiro, e sobretudo nos Estados da Amazônia, se sentiram “em casa”, à vontade para propor leis que anulasse ou flexibilizasse direitos ambientais, territoriais, bem como, criminalizar os setores organizados e movimentos sociais de luta pelo direito à terra e aos territórios. No período 2019-2022, o Brasil conheceu, por parte do governo federal e de grande parte dos governos estaduais da Amazônia, uma verdadeira caça a estes movimentos e suas lideranças.

O Estado de Rondônia, como exemplo disto, foi o Estado em que mais se prendeu trabalhadoras e trabalhadores organizados nestes movimentos. Por outro lado, as próprias forças de segurança se sentiram autorizadas a efetivar a segurança de muitas áreas de grilagem. Setores, responsáveis pela fiscalização do desmatamento, fogo e grilagem, praticamente quedaram inertes, e isso, é claro, só fortaleceu o setor vinculado aos ruralistas de invasão de terras públicas e terras indígenas, garimpo ilegal, desmatamento, etc.

No entanto, toda a agressividade criminosa destes setores



ruralistas, foram cada vez mais se fortalecendo nas instâncias do Estado brasileiro. De tal forma, o ano de 2023, talvez tenha sido, nos últimos 10 anos, o ano em que os maiores ataques institucionais foram promovidos por este setor, principalmente no plano legislativo. Citamos como exemplo aqui, a Lei nº 14.701/2023, aprovada no Congresso Nacional que reconhece o direito aos territórios indígenas apenas àquelas áreas ocupadas, por ocasião da Constituição, em 05 de outubro de 1988. E também, a Lei nº 14.757/2023 que anistia a grilagem de terras públicas transferidas do Estado para particulares que não cumpriram as obrigações que deviam, e agora podem regularizar tais imóveis.

Desta forma, os números e as histórias por trás deles, demonstram o quanto o Estado é atuante ao criar as condições para o avanço da expansão da fronteira, ao não garantir os direitos fundamentais às populações do campo, das águas e das florestas, como também, reprime e criminaliza a luta destes povos, por meio do aparato repressivo para atacar quem se articula nesta luta.

Apesar disto, muitos foram os indicativos de que o povo luta e resiste, dando assim resposta objetiva, em defesa da vida, dos direitos e da dignidade humana. Seja através das ocupações e retomadas, seja na incidência política junto aos órgãos públicos, seja nas denúncias e representações contra as agressões, o descaso e a violência, o povo lutou e luta.

A Comissão Pastoral da Terra, Regional Rondônia, que este ano de 2024, celebrou seus 40 anos de presença e atuação junto aos povos dos rios, dos campos e das florestas, também contribuiu na resistência e na organização de todos esses processos, na firme convicção de sua missão. A atuação do Regional, enfim, se fez também, em comunhão com a Comissão Pastoral da Terra Nacional, buscando sempre a atuação articulada, no sentido de estabelecer diálogos e atuar em prol da vida e dos direitos.

Sem o sentimento de trabalho em conjunto, de presença e atuação pastoral em prol dessas causas, da construção de parcerias, provavelmente muitas famílias teriam sido despejadas e vidas poderiam perecer, neste cenário de grande violência, há tempos, conhecido e sentido em nosso Estado de Rondônia. Sabe-se que “nadar contra a corrente” exige muito esforço, mas a luta e os enfrentamentos são necessários, sobretudo na luta pelo direito de existir, que implica diretamente na luta pela terra e território, como também na luta pelos direitos da natureza e direitos humanos.

Desta forma, a resistência e a luta sinalizam também para o fortalecimento das comunidades, das suas organizações, da capacidade de intervir e incidir nas políticas, nas ações de defesa. Ante os claros sinais de violação, sentidos em nosso Estado, sobretudo no sentido de atentar contra a natureza e criminalizar lideranças e movimentos sociais, a Comissão Pastoral da Terra reafirma seu lado, seus compromissos e sua identidade.



REALIZAÇÃO



APOIO

MISEREOR
IHR HILFSWERK

